

BAHIA E PERNAMBUCO EM SUAS RELAÇÕES REGIONAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS*

Resumo: Estudo das relações entre as províncias da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco na primeira metade do século XIX, evidenciando o apoio político administrativo existente entre as províncias do norte do Brasil, a partir da série Presidente de Província existente no Arquivo Público do Estado da Bahia. *Palavras-chave:* região - Império - Brasil.

Abstract: Study of the relations between the provinces of Bahia, Sergipe, Alagoas and Pernambuco in the first middle of the XIX century, evidencing the political-administrator support existent between the provinces in the North of Brazil, stand of the Province's President category existent in the Arquivo Público do Estado da Bahia. *Key-words:* region – Emperor – Brazil.

As relações regionais entre as antigas capitanias e, depois, províncias do norte, são frequentes na História do Brasil. Entretanto, ainda não se constituem em objeto da historiografia brasileira.

Os episódios de rebelião são comumente estudados e aprofundados isoladamente, mas suas teias e tramas políticas interregionais só muito recentemente vieram a ser conhecidas, ligando e fortalecendo, cada vez mais, as províncias da Bahia e de Pernambuco.

Muito se tem discutido a respeito do papel dos presidentes de províncias na constituição e manutenção da ordem nas províncias. A necessidade de manter os presidentes de províncias distantes da influência direta das elites regionais justificou a sua rotatividade.¹

A fidelidade política ao governo central se manifestou muitas vezes mediante a eficiente repressão às manifestação de contestação, à presença às cerimônias de reafirmação do poder, a exemplo do “*Te deum*”, celebrado em honra à monarquia e ao seu Imperador.

Maria Luíza Marcílio, estudando a estrutura política no Brasil imperial, assim definiu o papel dos presidentes de província:

*“Os Presidentes de Província, simples delegados do governo central, representavam, nestas, não somente a suprema inspeção do Imperador como, e principalmente, a linha política dos gabinetes, dos quais eram agentes de confiança, com preocupações nitidamente eleitoralistas. Eles lideravam, simultaneamente, a política interna provincial e a participação da província na política nacional”.*²

Destaco, neste trabalho, as teias de relações entre os presidentes de províncias com o objetivo de obter apoio político e econômico. O Ato Adicional, que reorganizou a estrutura de poder, concentrou em torno das províncias as bases de sustentação do poder central, conduzindo o município a um papel secundário, até então desconhecido.³

A documentação ora trabalhada foi identificada em arquivos públicos nas diversas unidades federativas, tendo sido consultadas para este trabalho, especificamente, as séries de Presidente de Província de Pernambuco, no Arquivo Público do Estado de Pernambuco e de Presidente de Província da Bahia, no Arquivo Público do Estado da Bahia, como veremos a seguir.

Durante o período colonial, as capitanias da Bahia e de Pernambuco firmaram-se como pólos irradiadores da colonização. Eram pontos obrigatórios de início de investidas da expansão da conquista, seja na

entrada para os sertões, em busca da mão-de-obra indígena, seja através dos missionários na busca do estabelecimento de suas missões, ou, ainda, no próprio percurso de tomada de posse das sesmarias doadas.

A distância entre as duas capitanias era de mais de 100 léguas, medidas entre Salvador e Olinda. Desta última, se partia por mar, preferencialmente nos meses de outubro a fevereiro, quando as condições marítimas eram mais propícias, e de retorno, no sentido Salvador-Olinda, nos meses de março a setembro, pelo mesmo motivo.

De enseada a porto, à entrada de algum rio, as embarcações iam tocando o litoral, tendo que evitar os perigosos arrecifes do litoral das Alagoas, como também enfrentando os perigos impostos pelos piratas e corsários presentes no litoral brasileiros até o século XIX.⁴

Todavia, nem só por mar e rio se alcançava uma e outra capitania. Ao longo dos séculos XVI e XVII, a necessidade de adentrar o sertão levou os conquistadores a utilizarem-se dos cursos de rios para navegar ou a acompanharem os caminhos abertos pelas boiadas e pela criação extensiva, como também, das longas e exaustivas caminhadas a pé, pelos caminhos já abertos em busca de alcançarem os seus objetivos.⁵

Nesta perspectiva é que se pode entender a abertura dos caminhos para o interior, percorridos de um a outro sentido, seja com os homens utilizando-se das próprias pernas, ou usando montarias, dependendo de sua condição econômica.⁶

Os laços entre Bahia e Pernambuco foram-se estreitando, tendo como elemento de aproximação a economia açucareira, baseada no trabalho escravo. A produção açucareira pernambucana esteve à frente da baiana em diversos momentos. Além do mais, a capitania de Pernambuco, como as demais capitanias do Brasil dependiam da cidade do Salvador para realizarem suas atividades ligadas ao Governo Geral, com sede na soterópolis, bem como do Arcebispado da Bahia, também aí instalado.

Mesmo com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, a Bahia manteve-se como ponto de apoio às províncias do norte, por ser necessário manter abertos os caminhos de circulação de pessoas e mercadorias, assim como agilizar as vias de comunicação entre um ponto e outro do norte do Brasil.

Findando o período colonial com a independência, em 1822, esses laços entre as províncias do Norte foram-se aprofundando, devido às grandes distâncias físicas entre essas províncias e a capital do Império, solidificando os laços políticos, por partilharem de experiências comuns, como as rebeliões, e manterem as transações econômicas, além do porto de Salvador ser o grande vínculo entre essas Províncias e o Rio de Janeiro.

Ao buscar estabelecer um circuito marítimo, na primeira metade do século XIX, tanto das mercadorias quanto das informações entre a Bahia e o restante do Brasil, constatou-se que a Bahia se comunicava diretamente com o Rio de Janeiro, mas as outras províncias do norte não conseguiram estabelecer essa relação.

Por ser o porto de Salvador⁷ importante no circuito comercial entre a Europa, a África e a América, é fácil compreender a grande circulação de notícias e boatos pelas ruas de Salvador.⁸ Era em Salvador que as notícias chegavam com maior rapidez, tanto assim que, ao analisar a correspondência entre o presidente de província da Bahia, os juízes de paz e o governo central, entre 1822 e 1838, pode-se constatar o grau de atualização acerca dos acontecimentos nacionais e internacionais compartilhado por esses três segmentos da sociedade.

Ao se considerar a realidade de Pernambuco, constata-se a existência de um contato direto entre essa província e a Bahia, o mesmo não acontecendo com Pernambuco e as províncias de Alagoas e Sergipe, que usavam a Bahia como intermediária nas comunicações e no tráfego de mercadorias.

Das Alagoas se alcançava Salvador por Sergipe, enquanto de Salvador partia uma linha direta para Alagoas, sem passar por Sergipe. Esse tipo de circuito possibilitava a divulgação, com maior rapidez, dos acontecimentos de Pernambuco, em contraste com Sergipe, apesar desta Província ser geograficamente mais próxima.

Pernambuco, por sua vez, como porto de grande confluência de gentes e mercadorias, também possuía uma rede de circulação que permitia uma atualização freqüente dos acontecimentos ocorridos nas outras províncias do Império como também no exterior.

Em 18 de janeiro de 1825, as notícias do reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra foi sabida em Pernambuco, com

a chegada de embarcação inglesa naquele porto, muito antes da notícia chegar ao Rio de Janeiro, capital do Império.

Cabe ressaltar que as relações das províncias do norte com a capital complicou-se após a Independência. Como consequência, já não ocorriam, desde a transferência da capital, os contatos que mantinham com a Europa, através das relações comerciais, e o trânsito inter-provincial de navios, fez com que os laços se estreitassem entre as províncias do norte, que passaram a se constituir num bloco formado por Alagoas, Sergipe e Bahia e noutro, por Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Em correspondência ao presidência da província da Bahia, em 11 de agosto de 1823, Alagoas assim expõe a situação:

"Privada esta Província das Alagoas de notícias da Europa, pela limitação de relações comerciais e mesmo recebendo-as mui poucas vezes das outras Províncias do Brasil; em circunstâncias difíceis em que he preciso não ignorar nada para poder atalhar qualquer manobra dos inimigos da nossa Independência, recorreremos portanto a V.Excias, que a bem da justa causa que defendemos estabilidade da nossa soberana Assembleia Imperial, se dignem comunicar-se qualquer acontecimentos, tendentes aos negócios expedidos, a fim de podermos em tempo de bonança tomar as medidas mais acertadas em causas de tanto porte. As últimas notícias de Portugal, constante por papéis públicos, e afirmados pela Exma Junta de Pernambuco mais nos evidenciava necessidade, que tem as províncias do Brasil de uma fraternal e apertada união; a qual protestamos reiprocamente de nossa parte, e tal esperamos merecer dessa tão heróica Província".

Esse quadro tornava a manifestar as preocupações com as relações entre as províncias e a capital, vistas como essenciais, considerando-se o novo ordenamento político estabelecido. Mais uma vez, o presidente da província de Alagoas expressa ao Presidente da província, em 1824, seu receio da retomada da recolonização por Portugal, ao tempo em que se posicionava favorável à autonomia do Brasil, ao afirmar que os

“sentimentos deste Governo, e província não são outros mais do que sustentar corajosamente, a custa dos maiores sacrifícios, a Independência do Brasil, o sistema constitucional, e o trono de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro I”.⁹

A preocupação demonstra a importância dada pelas autoridades das províncias do norte à questão da unidade nacional. Os argumentos apresentados ao longo do documento fazem menção à dispersão geográfica e à falta de comunicação entre as províncias, sujeitas que estavam à desinformação e à omissão político-administrativa do governo central.

1. No caminho das mercadorias, as idéias e a rebeldia

Ao iniciar o século XIX, as cidades do Recife e Salvador viviam um clima de luta política, cujas raízes remontavam ao século anterior. Ambas viviam da inquietação das ruas, espaço privilegiado para as aglomerações e formação de grupos que questionavam e, muitas vezes, rebatiam as decisões tomadas no centro do poder, a Corte. Agravava-se esse quadro com as manifestações de rebeldia da escravaria, tão freqüentes nas ruas dessas grandes cidades oitocentistas.¹⁰

Através da circulação das mercadorias pode-se entender a rapidez com que as idéias revolucionárias de 1817, em Pernambuco, chegaram e encontraram rapidamente seus adeptos na Bahia.

As relações políticas entre a província de Pernambuco e a da Bahia tornaram-se mais estreitas com a Insurreição Pernambucana de 1817.¹¹ De um lado, as autoridades pernambucanas encaminharam a principal liderança rebelde - Padre Roma - para ser executado na Bahia e alguns outros líderes à prisão do Aljube. Na Bahia, tal fato proporcionou um contato entre as lideranças políticas locais e os rebeldes pernambucanos, o que reforçou os laços e as teias que desembocariam nos movimentos posteriores.

O próprio noticiário “Idade d’Ouro” divulgou, entre março e abril de 1817, os acontecimentos de Pernambuco. Desde então, aquela província passou a ter “lugar de destaque no periódico e, durante os meses de abril, maio e junho, praticamente não saiu um número que não trouxesse notícias ou comentários sobre a revolução”.¹² Da mesma forma, a divulgação da repressão em Pernambuco havia contribuído para o

abortamento da participação de simpatizantes baianos naquele movimento.

Em outro momento, pode-se compreender o alvoroço causado na província da Bahia com as notícias chegadas de Pernambuco referentes à eclosão da Confederação do Equador (1824). Em 19 de setembro de 1824, após comunicar a fuga de desertores em direção à Bahia, o presidente da província de Pernambuco encerra o seu ofício com a seguinte saudação:

*“Aproveito essa ocasião para assegurar de novo a V.Excia que esta Província nada mais deseja, do que irmanar em sentimentos liberaes com a Bahia, a fim de que de mãos dadas trabalhem na grande busca da Liberdade, e Independência do Brasil”.*¹³

Além de desertores fugindo para a Bahia e da Bahia para Pernambuco, é importante ressaltar, nesta correspondência, a notificação do envio de baianos definidos como desonestos pelas autoridades policiais pernambucanas, remetidos para a Bahia.¹⁴ Para a Vila de Canavieiras foi encaminhado para degredo um preso saído de Recife em 04 de abril de 1829¹⁵ e as mulheres Luciana Maria da Conceição e Izabel Severina da Penha.¹⁶

As notícias políticas enchiam as páginas dessa correspondência. Em 24 de dezembro de 1824, o presidente da província de Pernambuco registrou a presença de militares na perturbação da ordem ocorrida na cidade de Recife. Tal acontecimento

*“suscitou a indignação de todos os Brasileiros, que são a verdadeira causa de sua pátria, e que à custa de maiores sacrifícios sabem sustentar a Independência, e Unidade do Império, que sob os auspícios do nosso Magnanimo Imperador deterá aquele quão de prosperidade e grandeza, de que todo o Brasil conhece que os esforços e emergencias medidas, dadas por V.Excia se deve o estado de pacificação, de que hoje gozão os povos baianos (...)”.*¹⁷

Interessa-nos, também, o comunicado de 04 de abril de 1829 do presidente da província de Pernambuco ao presidente da província da

Bahia, informando-o que os deputados pernambucanos em viagem para a Assembleia Geral Legislativa preferiram viajar em um brigue inglês a seguir viagem no brigue Três de Maio, de bandeira brasileira. Quando uma autoridade estava embarcada, o presidente da província de Pernambuco preocupava-se em informar ao seu colega na Bahia, para que o mesmo providenciasse que a embarcação não se demorasse no porto de Salvador.

Ainda nesse início do ano de 1289, o presidente da província de Pernambuco noticiou a chegada na Bahia de rebeldes federalistas que adentraram o Rio São Francisco em busca de refúgio.¹⁸ Essa prática era freqüente, inclusive sendo usadas as trilhas já abertas por criminosos fugitivos da justiça que ultrapassavam as fronteiras baianas, em busca de refúgio ou para aqui praticarem crimes contra o patrimônio e as pessoas.¹⁹

Todavia, nem só de movimentação de tropas e informações administrativas viviam as províncias em sua troca de correspondência. As duas províncias viviam os dois piores flagelos – a rebelião e a fome – tanto assim que é recorrente a solicitação por Pernambuco à Bahia de fornecimento de farinha. Inclusive nos momentos de tensões políticas, como no caso da rebelião de Panelas, amplamente informada ao presidente da província da Bahia, quando foi necessário, além do apoio em armas e homens, essencial para garantir o abastecimento daquela Província.²⁰

O abastecimento de farinha de mandioca esteve presente no circuito Pernambuco-Bahia desde o período colonial. Todavia, o problema de abastecimento alimentar não se restringia, apenas, à alimentação das populações em terra. A farinha havia-se constituído em alimento de grande importância para a população embarcada, sendo necessário o seu abastecimento, especialmente, no porto de Salvador, visto que a Bahia era uma grande produtora deste artigo.²¹

Além de preocupar-se com o abastecimento de sua Província, o presidente da província de Pernambuco também estava envolvido com a manutenção da ilha de Fernando de Noronha²² que, além de ponto militar estratégico ao leste do Oceano Atlântico, era o principal espaço para onde eram encaminhados os condenados nas várias províncias brasileiras.

Esses circuitos também serviam para definir e difundir novos padrões de comportamento político-administrativo entre os presidentes de província, voltados para garantir a ordem estabelecida e estreitar as relações entre as províncias do norte, de maneira a que reagissem sincronizadamente nos momentos de perigo e ameaça a essa ordem.

Por fim, cabe ressaltar que as relações entre a Bahia e Pernambuco se deram em meio à adoção de medidas voltadas para reprimir os movimentos rebeldes. O ano de 1824 foi bastante movimentado para as províncias do norte. Os governos da Bahia, Maranhão, Ceará, Piauí, Alagoas e Sergipe manifestaram suas desconfianças em torno das ações do governo central. Todavia, foi em Pernambuco que as ações de contestação à ordem se deram com maior força.²³

Em decorrência da Confederação do Equador, D. Pedro suspendeu, provisoriamente, na província, os direitos e liberdades individuais, exigindo das autoridades a pronta repressão ao episódio para restabelecimento da ordem pública.²⁴ Outra punição imposta foi a da transferência do domínio de terras pertencentes à província de Pernambuco, na região do São Francisco, para a Bahia, questão até hoje pouco estudada.

As relações políticas e administrativas visando a manutenção da ordem e a proteção contra a inquietação pública tornaram-se mais freqüentes nos anos de 1831-33, quando a Bahia foi sacudida pelos movimentos federalistas. A idéia de federação e o próprio federalismo veiculado nas províncias do norte do Brasil, podem ser relacionados à propagação das reflexões dos filósofos das “luzes do presente século”, como dizia Frei Caneca. Essa nova forma de pensar contribuiu para a formulação ideológica dos federalistas baianos de 1831, 1832 e 1833, que retomaram os pressupostos da Confederação do Equador e vislumbraram a possibilidade de formação de um novo Estado, cujas bases se assentariam num governo representativo fundado em uma organização federativa.

Mais adiante, com a ocorrência da Sabinada,²⁵ revolta de longa duração, a preocupação com a ordem e a defesa da estrutura de poder monárquico exigiu dos Presidentes de Província apoio mútuo, inclusive para evitar a propagação do movimento. Quando da repressão, iniciada logo após a entrada do novo presidente de província na cidade do Salvador, o que reforçou na sua afirmação “como agente do poder central,

sempre fora a manutenção da ordem. Restaurar o governo legal na província significava restabelecer o “sossego público”, do qual o presidente era o guardião-mor...”²⁶

Foram listados como presos implicados na Sabinada cerca de 3.401 homens. Segundo dados apurados por Paulo César Souza, os mesmos foram distribuídos da seguinte forma: 1.520 para as prisões no Rio de Janeiro; 100 para a Província do Pará; e 200 para a Província de Pernambuco, diretamente para o presídio de Fernando de Noronha, onde deveriam cumprir o degredo. Desses últimos, 10 morreram a caminho, de fome, moléstias e trabalhos forçados ainda na viagem.

As correspondência do presidente da província de Pernambuco ao longo dos anos de 1838 e 1839 são emblemáticas para as condições de vida dos sabinos deportados para Fernando de Noronha, pois a morte era freqüente, como também a remessa do corpo para a cidade do Salvador, para ser entregue às autoridades e aos familiares para fins de enterramento.²⁷

A correspondência que acompanhava o corpo do sabino deportado vem contribuir para a identificação dos rebeldes, informação bastante dispersa na documentação, como também na bibliografia. No ano de 1839, foram encaminhados pelo presidente da província de Pernambuco ao presidente da província da Bahia 12 corpos de prisioneiros da Ilha de Fernando de Noronha, confirmando o alto índice de mortalidade do sistema carcerário no período. De lá também foram libertados dois prisioneiros absolvidos e os anistiados pelo Imperador D. Pedro II, em 1840.²⁸

Considerações Finais

Após a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, e a Sabinada, na Bahia, a elite do centro-sul passou a se interessar por formas de arregimentação que trouxessem para sua órbita os que se encontrassem distanciados e representassem perigo à ordem nacional. O trabalho político desenvolvido a partir do Rio de Janeiro visava a reduzir o poder de mando dos grupos organizados no norte açucareiro que, mesmo afastados do projeto nacional, não podiam ficar fora dele.²⁹ Esse afastamento é entendido como a exclusão de participação na vida pública

do Estado nascente, embora os seus representantes ocupassem número significativo de cadeiras na Assembléia Geral e no Senado.

Neste contexto, carece de explicação a reduzida projeção econômica do norte açucareiro. A resposta está nas formas de cooptação das elites do centro-sul, buscando conter a insatisfação daqueles que marcavam presença nos movimentos de rebelião, os quais, para viabilização do projeto nacional, deveriam ser contidos.

Por sua vez, as elites do norte açucareiro passaram a vivenciar uma autonomia já experimentada em períodos anteriores e que serviu de motivação para a disseminação das idéias de república e federação presentes nos episódios políticos ocorridos na primeira metade do século XIX.

Notas:

*Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia.

¹SANTANA, Rosane Soares. *Centralização, descentralização e unidade nacional (135-1841). O papel da elite baiana*. Salvador: UFBA, 2002. (dissertação de Mestrado)

²MARCILIO, Maria Luísa. "A política de descentralização e os mecanismos de governo". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1965, P. 219.

³Sobre a rebeldia federalista ver: ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federal Imperial*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado)

⁴PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2002.

⁵Ver: ABREU, José Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: EDUNB, 1962. ABREU, José Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Brasília: EDUNB, 1962. ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana*. Salvador: UFBA, 1992. (Dissertação de Mestrado)

⁶SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo/Brasília: Nacional/INL, 1987.

⁷MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

⁸LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Nacional, 1968.

⁹APEB, maço 1093, documento de 09 de março de 1824.

¹⁰Ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês, 1837*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹¹Ver: MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972; LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco, 1817*. Recife: Massangana, 1988.

¹²SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d' Ouro do Brasil*. São Paulo: CULTRIX/MEC, 1978.p. 158.

¹³APEB, maço 1129.

¹⁴APEB, maço 1129, doc. de 08 de julho de 1824.

¹⁵APEB, maço 1129, doc. de 04 de abril de 1829.

¹⁶APEB, maço 1129, doc. de 30 de janeiro de 1830.

¹⁷APEB, maço 1129.

¹⁸APEB, maço 1129, doc. 04 de abril de 1829.

¹⁹PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, meeiros ou quilombolas? Escravidão e cultura política no médio São Francisco*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado)

²⁰APEB, maço 1129.

²¹BARICKMAN, BJ. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²²APEB, maço 1129, doc. de 08/07/1824.

²³Sobre a Confederação do Equador ver: LEIE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco, 1824*. Recife: Massangana, 1989.

²⁴Decreto de 26 de julho de 1824.

²⁵Ver: SOUZA, Paulo César de Souza. *A Sabinada. A revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. VIANA Filho, Luiz. *A Sabinada. A República Baiana de 1837*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

²⁶SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada. A revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 108.

²⁷REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebers e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²⁸APEB, maço 1130.

²⁹Ver MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC. 1987 e LEITE, Maria Odila da Silva. "A interiorização da metrópole" In: MOTA, Carlos Guilherme da. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. P. 160-186.